

Todos por todos

Pautado em valores solidários, associativismo possibilita inserção alternativa de grupos no sistema produtivo

Virgínia Fonseca



Com 20 mil habitantes, o município de Paraguaçu, no Sul de Minas Gerais, descobriu formas interessantes de geração de renda a partir de um fruto bastante comum no Cerrado. Trata-se do marolo – também conhecido como “araticum” –, espécie abundante na região e passível de ser empregado em produções diversas, do artesanato ao consumo *in natura* ou em licores, bolos, geleias etc.

Na cidade, o trabalho de exploração consciente do fruto vem sendo conduzido pela Associação Terra do Marolo. A iniciativa segue a lógica do cooperativismo: a união de pessoas em torno das atividades de determinado loco produtivo que, isoladamente, seriam difíceis ou mesmo impossíveis de se realizar.

Ao melhor estilo “a união faz a força”, a oficialização do grupo contou com o envolvimento de produtores, representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), do Departamento de Agricultura Municipal e de Associações Rurais locais, além de setores ligados a turismo, bares, hotelaria e cultura e de uma equipe de pesquisadores do campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas (Unifal).

Sob coordenação da professora Virgínia Carvalho, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Unifal, a constituição da associação foi acompanhada e orientada, passo a passo, pela **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)** da universidade. A consolidação do empreendimento representou, aos integrantes e ao município, a possibilidade de explorar nova potencialidade econômica para a região, o resgate da tradição e da cultura locais relacionadas ao marolo, bem como a promoção de maior consciência acerca da necessidade de preservação da espécie.

O associativismo e o cooperativismo baseiam-se na posse coletiva dos meios de produção, o que implica o direito de participar igualmente dos processos de gestão e distribuição de resultados. “Esse formato

produtivo tem se constituído como alternativa de geração de trabalho e renda para as populações social e economicamente excluídas do mercado formal de trabalho”, explica Virgínia Carvalho. Porém, embora unidos em torno de um empreendimento solidário, os membros da associação incubada no Sul de Minas não são indivíduos em situação de exclusão econômica e social, esclarece a professora. Eles estabeleceram, entre si, relações de cooperação frente aos problemas e objetivos comuns no trabalho com o fruto.

Valores adaptados

Em Paraguaçu, o processo de incubação da Associação durou cerca de dois anos, ao longo dos quais realizaram-se reuniões quinzenais entre os membros da ITCP/Unifal – discentes e professores – e os interessados na constituição do empreendimento. A iniciativa dividiu-se em três fases: caracterização, organização e ação gestora. Como parte do estudo acadêmico, durante a etapa de organização, realizou-se o levantamento dos valores atribuídos ao trabalho pelos membros do grupo, de modo a subsidiar o desenho e a implementação de ações desenvolvidas no transcurso do projeto.

A percepção dos associados sobre os valores do trabalho foi comparada à concepção presente no ideário norteador da **economia popular ou solidária**. Dentre as limitações vivenciadas, os estudiosos ressaltam a dificuldade dos grupos em operar segundo princípios de autogestão. No caso do trabalho em questão, desde o início do processo de incubação, a partir das articulações com um pequeno grupo informal que reuniu os interessados na causa do marolo, percebeu-se a grande influência deste sobre os rumos do empreendimento. Tal situação tendeu a se consolidar com o tempo, a despeito dos esforços realizados pelos membros da ITCP/Unifal.

“Em nossa análise, a tendência à centralização de decisões nas mãos de um pequeno núcleo de indivíduos poderia decorrer por influência das relações consolidadas na sociedade sobre a estrutura de poder no âmbito do empreendimento”, explica Virgínia Carvalho. Considerou-se, ainda, que as decisões e iniciativas ten-

Quando se constituem em conformidade com a proposta da economia solidária, as associações e cooperativas devem pautar suas ações em princípios como solidariedade, cooperação, mutualismo e autogestão.

diam a se mostrar centralizadas nesse núcleo. Por outro lado, todos os resultados das ações foram sempre igualmente compartilhados entre os membros da associação, apontando que todos têm potencial de prestar grandes contribuições ao grupo.

Os pesquisadores também viram com certa preocupação a concepção sobre a prioridade que deve orientar os empreendimentos solidários, no sentido de estabelecer se o êxito buscado é aquele gerado por meio de ganhos econômicos ou da concretização de outra realidade de trabalho. “São comuns os relatos de autores que apontam as dificuldades de implantação da autogestão no âmbito de tais empreendimentos”, lembra a coordenadora. Para ela, trata-se de questão delicada, pois, se, por um lado, a não observação dos princípios da economia solidária é capaz de descaracterizar a proposta, por outro, sua implementação integral permanece um desafio a demandar esforços e alternativas de enfrentamento.

Dentre os membros do empreendimento estudado, os valores do projeto emergiram em uma hierarquia de importância que enfatizou, primeiramente, a “realização no trabalho” e, depois, as relações sociais, a estabilidade e o prestígio. Em comparação com os princípios da economia solidária, observou-se a existência de uma diferença na atribuição de importância às categorias de “relações sociais” e “realização no trabalho”. Esta distinção valorativa caracterizou-se como elemento de dificuldade para a concretização dos princípios solidários no interior do empreendimento, pois significava que os membros da associação buscavam no trabalho, essencialmente, satisfação pessoal, realização profissional e independência de pensamento e ação, princípios que apresentavam primazia ante os esforços de construir relações sociais positivas e contribuições para a sociedade, por meio do trabalho.

As ITCPs oferecem apoio e orientação à constituição de cooperativas e associações, caracterizadas como empreendimentos solidários.

Mudar e refletir

De acordo com a coordenadora da pesquisa, este cenário, entretanto, não é estanque. Como se trata de empreendimento em fase de consolidação, é possível que se construam oportunidades de transformação da orientação valorativa relacionada ao trabalho, abrindo possibilidades de avanço rumo a um modelo de gestão mais alinhado ao ideal solidário. Virginia Carvalho explica que, nesse sentido, o conhecimento, por parte do coletivo, dos limites do empreendimento configurou-se como primeiro passo no sentido de provocar reflexões necessárias. "Sabemos, porém, que a mudança de valores é um processo mais complexo, contra o qual se coloca o fato de estarmos inseridos numa sociedade fortemente marcada por valores capitalistas, dentre os quais o individualismo e a competitividade são apelos constantes", admite.

No que tange aos integrantes da associação, os pesquisadores contam com um ponto crucial para possível mudança do cenário: o reconhecimento da importância da atuação da ITCP. "Durante o processo de incubação, tivemos grande crescimento de todos os associados, por meio de palestras, cursos e atividades dinâmicas. A Unifal foi essencial no processo de criação

e desenvolvimento da associação", afirma a atual presidente da Associação Terra do Marolo, Gilmara Aparecida de Carvalho.

Os 25 associados continuam a receber assistência e assessoria técnica por parte da ITCP/Unifal. E pretendem buscar outras contribuições, para além das reuniões mensais, por considerarem fundamental o trabalho da universidade junto à associação. Para Gilmara Carvalho, a economia solidária é hoje o caminho mais certo, e uma entidade que quer progredir deve sempre ter seus valores como objetivo. "Imagino que só por meio do associativismo teremos condições dignas e sustentáveis de trabalho", opina.

Pensamento solidário

No Norte das Minas Gerais, a 700 km de distância de Paraguaçu, a região de Montes Claros serviu como base a outro trabalho que estuda estratégias adotadas por famílias do Cerrado para geração de renda a partir de redes de solidariedade. "No campo das práticas, observa-se uma diversidade de formas econômicas, em que as pessoas se associam para produzir e reproduzir meios de vida com base em relações de reciprocidade e igualdade", aponta a economista Luciene Rodrigues, professora da Universidade Estadual de Montes Claros e coordenadora do projeto de pesquisa.

Oposição ao capitalismo?

A posição da economia solidária como contraponto à forma de produção tradicional do capitalismo é motivo de controvérsia entre os estudiosos do tema. Alguns defendem a ideia de que a economia popular e solidária pode se constituir como possibilidade de configurar, no interior dos empreendimentos, uma realidade laboral distinta, que promova a transformação individual e social, ainda que em âmbito local, modificando as perspectivas de realização pessoal e geração de renda por meio do trabalho. Já críticos de tal proposta são contundentes em abraçar a concepção de que a economia solidária consiste em apenas mais uma forma de precarização das atividades profissionais.



Na região de Montes Claros, cultura solidária favorece a formação de associações

RESCOL/UFPA/ISTOCK

A principal motivação para a existência de redes de solidariedade nos setores populares é um desejo libertário e de autodeterminação de suas vidas e da atividade econômica, com a centralidade do trabalho. O motor das ações, explica a professora, é o desejo de uma melhor qualidade de vida para a comunidade local e para a sociedade em geral, a partir de valores partilhados, como solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos. Nas frestas das formas mercantis dominantes, desenvolvem-se alternativas de produção fundadas em outras lógicas, muitas delas reconhecidas pela designação de "economia solidária". No caso das iniciativas no Cerrado Norte Mineiro, o que se percebe são modos variados, em que algumas, embora não institucionalizadas como tal, funcionam como associações de trabalhadores, enquanto outras se revelam formas econômicas de produção e reprodução ampliadas de meios de vida, regidas por princípios associativistas.

No Cerrado Norte Mineiro, as práticas comunitárias não são novidade: a solidariedade primária é parte da vida e da cultura camponesas, constituindo o cimento das relações sociais e econômicas. Diante dos processos de modernização e desagregação do campo, ao migrar para as cidades, muitas famílias levam a tradição comunitária da cultura do mundo rural para as relações no espaço urbano, processo esse que é transmitido para as gerações seguintes.

A partir de pesquisa de campo, Luciene e sua equipe constataram que a proliferação de formas de trabalho associativas, especialmente entre os setores de baixa renda, recupera a dimensão política do associativismo e de práticas de solidariedade social. Para além dessa percepção, entrevistas mostraram que se, por um lado, há pessoas que sonham em ingressar no mercado de trabalho formal, outras cultivam a convicção do valor do ofício associativo – modelo capaz de lhes garantir autonomia, autogestão e novas relações sociais e profissionais.

Os pesquisadores distinguiram associações que se constituíram horizontalmente – a partir da vontade de seus membros – daquelas que aderiram a um programa institucional de economia solidária. Considerou-se, também, uma situação intermediária, em que a mobilização se faz de forma vertical, partindo do centro de iniciativa de uma associação para os empreendimentos ou investimentos singulares. "O tipo de iniciativa distingue os níveis de autonomia dos associados em relação aos projetos", constata Luciene Rodrigues. A professora, agora, desenvolve uma proposta de continuidade dos estudos que permita contribuir para o desenho de políticas públicas aptas a fortalecer a economia solidária, não apenas no sentido de combater a pobreza, mas, também, de identificar experiências inovadoras para fomento dessas ações.

Mil possibilidades

O marolo (*Annona crassiflora*) é uma fruta nativa do Cerrado brasileiro, pertencente à família das anonáceas, da qual também fazem parte a graviola, a fruta-do-conde, a pinha e a atemoia, dentre outras. Sua safra começa em meados de fevereiro e vai até abril. Com folhas grossas e galhos retorcidos, o maroleiro é uma árvore rústica, encontrada, principalmente, em campos abertos e pastagens. Quando começa a amarelar por baixo, é sinal de que o fruto está maduro. A polpa, de aroma perfumado, possui sabor forte e muito doce, apreciado para confecção de licores e doces. Por sua influência sociocultural, a fruta tornou-se um dos símbolos de Paraguaçu (MG). Os integrantes da Associação Terra do Marolo produzem e comercializam o fruto e sua polpa, além de mudas, doces, licores, geleias, bolos, pães de mel, sorvetes, biscoitos e objetos de artesanato.

PROJETO: Economia e vida: redes de solidariedade, recursos e estratégias de auto-organização do trabalho para a geração de renda e reprodução social de famílias pobres do Cerrado – Norte de MG
COORDENADORA: Luciene Rodrigues
EDITAL: Demanda Universal
VALOR: R\$ 44.770,32

PROJETO: O processo de incubação em cooperativas populares e a percepção de valores do trabalho
COORDENADORA: Virgínia D. Carvalho
EDITAL: Extensão em Interface com a Pesquisa
VALOR: R\$ 33.796,35